

O problema da dívida externa

A solução do problema da dívida externa brasileira passa por um grande acordo de nível internacional — entre países devedores e países credores — sobre o que realmente constitui "dívida". E o que não passa de espoliação escriturada, artifícios contábeis, juros manipulados e "spreads" impostos.

Essa renegociação terá que ser feita de governo a governo, em decisões bilaterais ou multilaterais. No entanto, o único meio de conseguir a disposição dos governos credores para essa renegociação é a suspensão conjunta de pagamentos por parte de governos devedores (moratória, sim), até que novos acordos de pagamento sejam obtidos.

Não é possível aceitar, como estamos fazendo há anos (em sucessivas e patéticas missões ao exterior, que até mesmo deixam mal a nossa tradicional e eficiente diplomacia), os países credores com a prerrogativa de emitir poder aquisitivo internacional em suas próprias moedas (dólares), expandindo crédito sem lastros determinados a países pobres, manipulando as taxas de juros desses mesmos créditos — elevando-os ao sabor de seus interesses. E o que é pior: acrescentando ainda sobretaxas (spreads) por conta de um risco que é avaliado tão somente por seus (deles) critérios.

Não podemos aceitar tais práticas porque se constituem num processo de espoliação sem precedentes no mundo — e que no passado já exauriu a economia das nações que o aceitaram. E por isso foram obrigadas a arrojar a frente ao pó, ou vender parte de seu território.

As dificuldades de resgate de dívidas externas que hoje enfrentam países grandes exportadores de petróleo (como o México, a Venezuela e o Equador); países autosuficientes em petróleo (como a Argentina); ou países dependentes de petróleo (como Brasil), mostram com bastante clareza que o fator determinante do quadro de insolvência das contas externas dos países do Terceiro Mundo não foi o choque do petróleo — mas o "conto da dívida".

Os empréstimos internacionais foram feitos num momento em que os petrodólares abundavam no mercado internacional — e como todos os empréstimos, operações sujeitas a riscos: a ganhos ou perdas. No caso dos países do Terceiro Mundo, graças às taxas de juros escorchantes eles já foram cobrados várias vezes. Eles mantiveram o fluxo das correntes monetárias, gerando lucros imensos durante anos a fio — e agora chegou o momento de terem sua quota de perda.

O pagamento da dívida externa brasileira não mais se justifica por nenhum critério de tipo econômico ou até mesmo financeiro. O argumento de que o petróleo seria cortado em caso de não pagamento da dívida só pode se manter porque (na verdade) dependeremos de grupos multinacionais para importar petróleo — quando esses acordos deveriam sempre ser de governo a governo, seja com o Irã, o Iraque, a Venezuela, o México, os Estados Unidos ou a URSS.

E finalmente, uma perguntinha ingênua: já que congelaram preços, lucros, salários no Brasil, por que não congelar também a dívida externa? Ou será que vamos esquecer a questão nacional, a grande questão anti-imperialista, muito superior às eventuais questiúnculas agrárias?